

A partir de dia 3 de Abril, Loures assumiu responsabilidades no âmbito da ação social



Comemoração do Dia do Combatente, promovida pelo Núcleo de Loures da Liga dos Combatentes



Lisboa | Conselho de Cidadãos



Dia Mundial da Atividade Física



ZERO é contra o alargamento da pedreira da cimenteira SECIL no Parque Natural da Arrábida



A Censura Cultural



Índice

A Sociedade de Informação Secreta e a Importância de um Semanário	2
O Indivíduo e o Conhecimento num Mundo Hiperconectado	3
Ciclo Loures Educa+ 2023	4
A partir de dia 3 de Abril, Loures assumiu responsabilidades no âmbito da ação social	5
O Navegante celebrou o 4º aniversário que foi comemorado em Sesimbra	6
Lisboa Conselho de Cidadãos	7
Dia Internacional dos Monumentos e Sítios	8
Sessões públicas de apresentação da proposta de alteração do Plano Diretor Municipal de Loures	8
Música em Si Menor - Temporada 2022/23	9
Despejo coercivo dos inquilinos dos palácios de Belém e São Bento	10
Comemoração do Dia do Combatente, promovida pelo Núcleo de Loures da Liga dos Combatentes	11
A CULTURA	12/13
Dia Mundial da Atividade Física	14
Humanidade: A Utopia da Páscoa	15
A CENSURA CULTURAL	16
ZERO é contra a alargamento da pedra da cimenteira SECIL no Parque Natural da Arrábida	18
Jornada Mundial da Juventude 2023	19
Férias em Cultura	19

A Sociedade de Informação Secreta e a Importância de um Semanário

Há uma primeira questão que roça o analfabetismo funcional que varre os concelhos em que trabalhamos, a informação nuns casos não é partilhada e noutros embora centralizada não é disponibilizada. Vem isto a propósito, por exemplo, de Clubes e Juntas de Freguesia que não partilham as suas realizações para além do que fazem dentro do seu círculo fechado e por outro lado dos gabinetes de informação que se habituaram a cultivar os seus blogues nas redes poucas vezes falando do “vai acontecer” mas, quase sempre, falando do “aconteceu”. Com as exceções que se contam nos dedos de uma mão, como por exemplo, o “Taekwondo Clube de Santo António dos Cavaleiros”, quem realiza o que chamaríamos de trabalho de campo não tem qualquer preocupação em divulgar o seu trabalho e apenas se preocupa com o seu grupo de influência próximo e com a presença do presidente da Junta e/ou da Câmara, talvez porque sem o reconhecimento do seu trabalho não haverão apoios...

Na verdade esta cultura dos quintais, na tal sociedade da informação em que vivemos, tem pouco sentido e revela alguma falta de “pensar global e agir local” mas, se por um lado os agentes no terreno, como os Clubes, podem tentar justificar alguma incapacidade por falta de meios, quando o que está em causa é apenas um E-Mail enviado a N Meios de Informação, já a nível do Poder Local a única justificação se refugia no “sempre foi assim”... e ninguém pára para pensar mesmo depois de alertados para os factos.

Há vários mitos nos circuitos de informação e a Lusa é um deles. Ao que parece muitos desconhecem que qualquer informação que é passada à Lusa é usada pelos OCS mas, apenas quem paga à Lusa uma assinatura, que não é barata mesmo para os Meios Regionais, tem acesso à informação vinculada pela Agência de Notícias de Portugal...

A tudo isto acresce a cultura do “não temos tempo

e quem quiser que consulte o nosso Facebook...”. Ora bem, eu não sei se os “brilhantes” autores deste pensamento narcisista, fazem a mínima ideia de quantos blogues existem das mais diversas entidades desportivas, culturais, sociais, etc. Em determinados casos, que os há, a possível presença de um OCS poderia por em causa uma determinada imagem que se quer passar...

Um semanário, para além dos artigos dos Colunistas que são únicos, mantém uma atualidade que, no nosso caso, secundada pelo site Online, garante a atualidade que de outro modo não é possível. Sendo certo que o “NoticiasLx” tem atingido os objetivos a que nos tínhamos proposto nesta fase, causa alguma estranheza que esta questão da Atualidade passe ao lado de muita gente que tinha obrigação, até pela formação na área, de ter outra visão da Informação e ser consequente no seu dia a dia. Obviamente que o facto do “NoticiasLx” ser digital provoca alguma urticária em determinados meios e o tal analfabetismo funcional que os impede de fazer uma interpretação à realidade que os rodeia e dificulta a sua mudança de paradigma, continua lamentavelmente a ser a sua marca.

António Tavares, diretor

EDITORIAL



Ficha Técnica NoticiasLx - Diretor: António Tavares - Editor e Redação: Alameda Salgueiro Maia, Lote 4, 1º andar - Gab 8, 2660-329 Santo António dos Cavaleiros | NoticiasLx@sapo.pt
Colunistas: Oliveira Dias, Paulo Bernardo e Sousa, Ricardo Henriques, Nuno Miguel Botelho, Fernando Pedrosa, Ricardo Andrade, Maria Máxima Vaz, David Pinheiro, Filomena Francisco, Vítor Manuel Adrião, Pedro Almeida, João Calado, José Maria Pignatelli, Filipe Martins, Ricardo Helena.

Inscrição na ERC: 127230 | Periodicidade: Semanal
Estatuto editorial: <https://noticiaslx.pt/estatuto-editorial/>
Regras editoriais: <https://noticiaslx.pt/regras-editoriais/>
NoticiasLx: <https://NoticiasLx.pt>

O Indivíduo e o Conhecimento num Mundo Hiperconectado

As Unidades Curriculares que constituem os cursos ministrados nas instituições de ensino superior devem procurar dar resposta aos anseios intelectuais da população estudantil dotando-os das competências que a sociedade em geral espera que possuam quando são diplomados. Por exemplo, se fosse feito um inquérito aos alunos de cursos incluídos no que vem sendo designado por educação STEM, ou seja, cursos estruturados com base em quatro domínios do conhecimento fundamentais, “ciência, tecnologia, engenharia e matemática”, perguntando-lhes se desejavam estudar e compreender a Teoria da Relatividade, certamente que ficaríamos surpreendidos com o número muito baixo de respostas positivas à pergunta em apreço.

A questão que se poderá colocar será a de se o número muito baixo de respostas positivas deverá constituir um motivo de preocupação. Ou colocada a questão de outra forma, porque deverá um aluno interessar-se em estudar física teórica? Esta situação poderá ser interpretada como normal, razoável, compreensível e em total consonância com o que hoje muitas vezes se exige ao sistema educativo, nomeadamente que produza o que as empresas e o sector produtivo de um país necessitam para contribuir para o progresso coletivo. Será natural que um aluno não aspire a estudar física teórica se não perceberem que as competências que irá adquirir irão ter valor acrescentado para a sua mobilidade ascendente no elevador social.

Na realidade, genericamente, as escolhas dos jovens nada mais são do que um reflexo das prioridades da sociedade. Constituem um indicador confiável porque revelam tendências gerais que, em alguns casos, ainda não foram postuladas sob a forma de discursos mais explícitos. Nesta conformidade, a falta de interesse em estudar física teórica ou outros domínios do conhecimento abstratos e complexos, supostamente com pouco valor acrescentado para a inserção dos diplomados no mercado de trabalho, acaba por induzir uma crescente inclinação coletiva para o pragmático e uma falta de interesse pelo conhecimento como um fim em si mesmo. Neste contexto, poderíamos também pensar que não há aqui nada de preocupante, não fosse o facto de existir uma clara contradição entre a realidade do mundo em que vivemos e um dos poucos discursos centrais dos dias de hoje, aquele que nos coloca no caminho para uma nova utopia chamada “Sociedade do Conhecimento”. Ou essa contradição não existe?

Naturalmente, a resposta a esta pergunta dependerá do significado que atribuímos à

designação “Sociedade do Conhecimento”. Esta designação foi introduzida em 1969 por Peter Drucker, para designar um conceito específico, com fronteiras bem definidas. Drucker, um guru da gestão empresarial, dedicou um capítulo de seu livro “The Age of Discontinuity” à “Sociedade do Conhecimento”, no qual desenvolveu um conceito que já havia sido postulado por Fritz Machlup em 1962, então designado por “Sociedade da Informação”. Drucker, no seu livro, argumenta que “as coisas mais úteis, como o conhecimento, não têm um valor tangível”, afirmando que a relevância da aprendizagem se constitui como um fator económico da maior relevância para as sociedades, ou seja, Drucker introduziu o conhecimento na equação económica e mercantilizou-o. Drucker também deixou claro que o que é relevante do ponto de vista económico não é a sua quantidade ou qualidade, mas a sua capacidade de gerar riqueza, com o consequente impacto na produtividade dos países. Este foi, sem dúvida, um uso restrito do termo “conhecimento”, embora fosse totalmente apropriado dentro do contexto especializado da teoria económica, onde surgiram os conceitos de “Sociedade do Conhecimento” e “Sociedade da Informação”.

Na atualidade, mais de meio século depois, o termo “Sociedade do Conhecimento” disseminou-se muito para além do círculo restrito de especialista em macroeconomia para se tornar um lugar-comum. Os políticos utilizam-no frequentemente nos seus discursos para fazer emergir uma auréola de otimismo, os intervenientes nas atividades económicas mundiais recitam-no como um mantra para exorcizar os maus espíritos da globalização e o cidadão comum interpreta-o como o futuro desejável para o qual as novas tecnologias de informação e comunicação nos estão a conduzir. A “Sociedade do Conhecimento”, conceito que na atualidade vem sendo substituído por “Sociedade da Inovação”, está a tornar-se numa nova utopia, constituindo-se quase como a única expectativa coletiva que permite olhar para o futuro com algum otimismo.

É claro que a percepção imediata do potencial utópico subjacente ao conceito de uma “Sociedade do Conhecimento” reside na sua capacidade de nos fornecer respostas credíveis à primeira incerteza que a dinâmica do mundo atual nos coloca: os efeitos na economia, ou seja, os efeitos sobre o nosso bem-estar material. Neste contexto, não é fácil deixar de sentir alguma inquietação face à existência de empresas offshore, à invasão de produtos oriundos de economias emergentes,

à concentração de atividades económicas nas mãos de grandes grupos, ao poder asfixiante dos mercados financeiros e à obsolescência de muitas atividades que, durante anos e anos, foram as geradoras dos recursos que garantiam a nossa prosperidade. A combinação de explicações globais com efeitos locais que afetam a nossa vida quotidiana faz-nos sentir como se estivéssemos sendo puxados por uma maré incontrolável. Ainda que os indicadores macroeconómicos sejam genericamente bons a nível mundial, sendo a prosperidade derivada dos processos de liberalização uma realidade, o facto de essa prosperidade não ter sido distribuída de forma equitativa não é negligenciável.

Para fazer face às incertezas que pairam sobre o futuro, abraçar a ideia de que a capacidade de gerar, administrar, difundir e aplicar adequadamente um fator tão intangível como o conhecimento, será certamente determinante para alavancar a modernização dos processos produtivos e de toda uma gama de novos serviços ainda por descobrir, com a eficácia suficiente para garantir acima de tudo o crescimento. Todavia, o uso massivo da tecnologia e o aumento substancial da eficiência produtiva deverá ser gradual e progressivo acautelando a coesão social na perspetiva de minimizar o número de pessoas excluídas dos circuitos geradores de riqueza.

É um fato inegável que muito do que Drucker postulou é uma realidade hoje. A tecnologia propiciou a emergência de uma “Sociedade da Informação”, organizada topologicamente como uma “Sociedade em Rede”, na qual o acumular de conhecimento se tornou num elemento crucial para a sobrevivência num mercado global muito volátil, em consequência de uma acelerada dinâmica de crescimento. Na atualidade, a “Sociedade do Conhecimento” nada mais é do que uma nova etapa do sistema capitalista de livre mercado, que aspira poder sustentar o crescimento, acrescentando um quarto fator aos sistemas de produção, o conhecimento, ao clássico trio: terra, trabalho e capital. Do ponto de vista do liberalismo democrático em que estamos imersos, não conseguimos vislumbrar alternativas credíveis à “Sociedade do Conhecimento”.

João Calado

**(Professor Coordenador Principal do ISEL
(ex-Vereador do PSD))**

Ciclo Loures Educa+ 2023

A “Mente, cérebro, família e escola: Dos melhores métodos para aprender ao papel da família e da escola”

Rato e do professor Jorge Rio Cardoso. Ambas as ações terão início às 18h30.

O “Ciclo Loures Educa +” trata-se de um conjunto de debates, ações (in)formativas e oficinas, realizado em parceria com Associações de Pais e Encarregados de Educação, Agrupamentos de Escolas, Centro de Formação de Associação de Escolas CENFORES e Centro de Formação de Associação de Escolas da Zona Oriental do Concelho de Loures. É dirigido a pais e encarregados de educação, professores e outros profissionais da área educativa.

Pretende-se com esta iniciativa proporcionar a partilha de conhecimentos para a discussão e

reflexão em torno das grandes temáticas da Educação e das questões essenciais nas áreas da Infância e da Adolescência, contando-se, para o efeito, com a participação de duas dezenas de alguns dos mais reputados especialistas nacionais.

Mais se informa que estas ações são reconhecidas pelo Centro de Formação de Associação de Escolas CENFORES e pelo Centro de Formação de Associação de Escolas da Zona Oriental do Concelho de Loures e a sua participação confere a qualidade de Ação de Curta Duração (ACD).

Fonte: CM Loures

Integradas na iniciativa “Ciclo Loures Educa +”, as ações contarão, respetivamente, com a participação da psicóloga da educação Joana



Ciclo Loures Educa+ 2023

DEBATES // AÇÕES (IN)FORMATIVAS // OFICINAS



17 ABRIL
18:30-20:00

Escola Básica de São Julião do Tojal
Rua Alves Redol, 16,
São Julião do Tojal

Oficina suporte básico de vida - Pediatria



19 ABRIL
18:30-20:00

Escola Básica da Fonte Santa
Rua Nossa Senhora da Assunção, Loures

Oficina Filosofia para crianças: Como ensiná-las a pensar por si próprias



20 ABRIL
18:30-20:00

Escola Básica de Fanhões
Rua da Lapa, Fanhões

Os pais da atualidade: afetos, dúvidas, autoridade, stresse...

A partir de dia 3 de Abril, Loures assumiu responsabilidades no âmbito da ação social

Está consumada a Delegação de Competências na Área da Ação Social por parte do Governo central para o Município de Loures

O atendimento e o acompanhamento social a pessoas e famílias passa a ser gerido e assegurado pelos serviços municipais, num trabalho conjunto com outras entidades locais.

O que é o SAAS?

É um serviço de proximidade que assegura o atendimento e o acompanhamento social às pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social, incluindo os/as beneficiários/as de Rendimento Social de Inserção (RSI) e as situações de Emergência Social. Conta com diversas entidades parceiras para a sua execução, nomeadamente as Juntas de Freguesia e outras Instituições do Concelho.

Objetivos

Informar, aconselhar e encaminhar para respostas, serviços ou prestações sociais. Apoiar em situações de vulnerabilidade social. Prevenir situações de pobreza e de exclusão social.

Contribuir para a aquisição e/ou fortalecimento de competências das pessoas e famílias. Promover a autonomia das pessoas e famílias e fortalecer as redes de suporte familiar e social. Assegurar o acompanhamento social no percurso de inserção social. Mobilizar os recursos da comunidade adequados à progressiva autonomia pessoal, social e profissional.

Destinatários

População residente no concelho de Loures.

Agendamento

Para agendar o seu atendimento deve contactar, presencial ou telefonicamente, a Junta de Freguesia da sua área de residência. Os/As beneficiários/as de RSI devem agendar atendimento através de contacto direto com o/a

seu/sua técnico/a gestor/a.

Contactos

UNIÃO DAS FREGUESIAS DE SANTA IRIA DE AZÓIA, SÃO JOÃO DA TALHA E BOBADELA
Praceta Aviador Plácido Abreu, n.º 7 A
2690-521 Santa Iria de Azóia
Telefone: 219 533 580
Espaço Cidadão – Rua da Igreja, n.º 2
2695-708 São João da Talha
Telefone: 219 554 525
Praceta José Régio, n.º 16 B
2695-050 Bobadela
Telefone: 219 959 410

UNIÃO DAS FREGUESIAS DE SACAVÉM E PRIOR VELHO
Largo .1º de Maio, n.º 1
2685-099 Sacavém
Telefone: 219 497 021
Rua Porto Amélia, n.º 11, 2.º
2685-365 Prior Velho
Telefone: 219 423 617

UNIÃO DAS FREGUESIAS DE MOSCAVIDE E PORTELA
Rua Francisco Marques Beato, n.º 11 A
1885-032 Moscavide
Telefone: 219 436 235
Centro Comercial da Portela – Piso 1 – Loja 66
2685-232 Portela
Telefone: 219 446 417

UNIÃO DAS FREGUESIAS DE CAMARATE, UNHOS E APELAÇÃO
Largo Eng. Armando Bandeira Vaz, n.º 5
2680-103 Camarate
Telefone: 219 484 160
Rua São Silvestre
2680-446 Unhos
Telefone: 219 428 690
Largo 25 de Abril
2680-297 Apelação
Telefone: 219 473 102

UNIÃO DAS FREGUESIAS DE SANTO ANTÓNIO DOS CAVALEIROS E FRIELAS
Avenida Galvão de Andrade, n.º 20 C
2660-221 Santo António dos Cavaleiros
Telefone: 219 889 384
Largo Capitão Oliveira Mata, n.º 9

2660-063 Frielas
Telefone: 219 883 073
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE SANTO ANTÃO E SÃO JULIÃO DO TOJAL
Rua 1.º de Maio, 54 – 1.º
2660-368 São Julião do Tojal
Telefone: 219 738 580
Avenida Eng.º Adão Barata, n.º 18
2660-179 Santo Antão do Tojal
Telefone: 219 749 071

JUNTA DE FREGUESIA DE LOURES
Rua Manuel Francisco Soromenho, 50
2670-452 Loures
Telefone: 219 832 068

JUNTA DE FREGUESIA DE LOUSA
Rua Heróis do Ultramar 39 C
2670-759 Louisa
Telefone: 219 750 540

JUNTA DE FREGUESIA DE BUCELAS
Largo do Espírito Santo – Largo da Igreja
2670-655 Bucelas
Telefone: 219 693 958

JUNTA DE FREGUESIA DE FANHÕES
Largo da Igreja
2670-709 Fanhões
219749774

Fonte: CM Loures



O Navegante celebrou o 4º aniversário que foi comemorado em Sesimbra

A TML - Transportes Metropolitanos de Lisboa assinalou o quarto aniversário do sistema tarifário navegante no dia 30 de março, numa cerimónia que decorreu em Sesimbra, no Cineteatro Municipal João Mota.

Quarto aniversário do navegante comemorado em Sesimbra

O evento contou com a participação de Duarte Cordeiro, ministro do Ambiente e da Ação Climática, Jorge Delgado, secretário de estado da Mobilidade Urbana, Francisco Jesus, presidente da Câmara Municipal de Sesimbra, Carla Tavares, presidente do Conselho Metropolitano de Lisboa, Eduardo Vítor Rodrigues, presidente do Conselho Metropolitano do Porto, Carlos Humberto, primeiro-secretário da Área Metropolitana de Lisboa, Ariana Pinho, primeira-secretária da Área Metropolitana do Porto, e Faustino Gomes, presidente do conselho de administração da TML – Transportes Metropolitanos de Lisboa, entre outros convidados e representantes dos operadores de transportes e de instituições locais e nacionais.

Na cerimónia, de uma forma unânime, foi sublinhada a importância do sistema tarifário navegante, que, nas palavras do ministro do Ambiente e da Ação Climática “permite perceber o impacto que a política pública pode ter na transformação da vida das pessoas”. Duarte Cordeiro congratulou-se pela coragem que a Área Me-

tropolitana de Lisboa e os seus 18 municípios tiveram numa “construção coletiva, que juntou esforços nacionais e locais”, e apontou novos caminhos para a mobilidade de toda a área metropolitana de Lisboa: “para vencer o desafio da descarbonização temos de continuar o caminho que se iniciou em 2019 e apostar nos transportes coletivos”.

O secretário de estado, Jorge Delgado, por sua vez, referiu que “o navegante tornou mais atrativa a utilização dos transportes públicos, que têm de ser a espinha dorsal da mobilidade”.

Para o autarca anfitrião “A criação do navegante foi a medida com maior amplitude económica dos últimos anos no seio dos agregados familiares que se traduziu numa enorme recuperação de rendimentos”. Francisco Jesus lançou ainda um repto ao governo para que “assegure uma participação financeira necessária à gestão atual da operação”, na linha do que os próprios municípios estão a fazer.

Carla Tavares, presidente do Conselho Metropolitano de Lisboa, recordou também que “é gratificante olharmos para o caminho que fizemos em conjunto, e que só foi possível chegar a este resultado com o empenho de todos”, acrescentando que “apesar das adversidades, estas têm sido paulatinamente superadas com a participação de todos”.

O primeiro-secretário metropolitano, recordou

que foram “traçadas metas ambiciosas e difíceis, num processo disruptivo e revolucionário”, mas que esse “foi o caminho certo na mobilidade na área metropolitana de Lisboa e no país, só possível com o empenho, articulação, cooperação, e criação de consensos entre os municípios, o governo, e entidades com intervenção no setor”. Carlos Humberto de Carvalho rematou a intervenção referindo que “temos inspiração, uma visão, e um projeto que construímos juntos, e juntos, com ousadia, energia, criatividade, saber, e motivação vamos continuar a trilhar este caminho”.

Faustino Gomes, presidente do conselho de administração da Transportes Metropolitanos de Lisboa, fez uma retrospectiva da operação desde 2019, e do impacto que teve na população, “apesar dos efeitos da pandemia, com resultados negativos na operação, o passe navegante cumpriu e cumpre o seu propósito. Ele é o futuro”.

A cerimónia serviu ainda para dar a conhecer a nova campanha do navegante, que realça as vantagens dos transportes coletivos relativamente ao uso do carro, “o principal inimigo dos transportes coletivos”.

Fonte: AML



Lisboa | Conselho de Cidadãos

Durante 2 dias, um grupo de 50 cidadãos reuniu-se nos Paços do Concelho para debater o tema “Cidade dos 15 minutos” e formular propostas para apresentar e discutir com o Executivo Municipal.

Foram enviados milhares de convites para moradas espalhadas por todas as 24 freguesias de Lisboa, procurando-se chegar a um conjunto alargado de munícipes. Os participantes na segunda edição do Conselho de Cidadãos foram selecionados por sorteio entre os munícipes que respondam afirmativamente a este convite. O método utilizado neste sorteio assegura que o Conselho de Cidadãos espelhará a diversidade da cidade em termos de género, idade, nacionalidade, freguesia, situação profissional e nível de escolaridade.

A Cidade dos 15 minutos

Este foi o tema desta 2.ª Edição

O tema é inspirado no conceito desenvolvido pelo Professor Carlos Moreno (Universidade de Columbia, Estados-Unidos) e segundo o qual as cidades modernas devem ser pensadas e planeadas para que o cidadão tenha acesso fácil e rápido a serviços essenciais como a educação, a saúde, o comércio, a cultura ou os espaços verdes e de lazer.

Neste conceito, considera-se que os cidadãos devem poder aceder a todos estes serviços sem perder demasiado tempo em trânsito (a pé, transportes públicos ou outras vias como a mobilidade suave), usando-se os 15 minutos como referência. Isso implica uma oferta mais completa destes serviços em cada bairro, mas também um esforço para repensar a forma como nos deslocamos e como partilhamos recursos. Este objetivo também faz parte de uma estratégia

para reduzir as emissões de carbono e alcançar um desenho urbano sustentável e saudável.

Devido aos seus benefícios, o conceito tem recebido ampla promoção e divulgação a nível internacional.

Por detrás deste conceito surge a ideia de que o tempo é um elemento fundamental para a qualidade de vida. Mais tempo significa mais disponibilidade para cuidar de si e dos outros, para fazer desporto, para explorar passatempos, para aprofundar conhecimentos, para descansar, para socializar. Em suma, significa maior liberdade para escolhermos o que queremos fazer. O tempo está por isso profundamente ligado à ideia de bem-estar dos munícipes.

Fonte: CM Lisboa



Dia Internacional dos Monumentos e Sítios

A Câmara Municipal de Loures associa-se às comemorações do Dia Internacional dos Monumentos e Sítios, este ano subordinado ao tema “Património e Mudança”, e convida a participar em diversas iniciativas.

No dia 18 de abril participe na iniciativa “Uma Quinta, um Palácio”, uma visita guiada ao paço, de morada quinhentista, mandado construir por Jorge de Barros, no século XVI, que se realiza às 10h30, na Quinta de Valflores, em Santa Iria de Azóia.

No mesmo dia, pelas 15h30, venha visitar a Igreja de São Silvestre, em Unhos, um lugar sagrado que é também um dos pontos de interesse da “Rota Memorial do Convento”. A visita irá abordar a história do local, da sua arte e da localidade de Unhos.

Já no dia 29 de abril, às 10h30, venha até Santo Antão do Tojal visitar o Palácio dos Arcebispos. Trata-se de uma visita comentada ao conjunto Monumental de Santo Antão do Tojal – praça,

palácio e jardins –, que constitui um dos pontos do percurso da “Rota Memorial do Convento” no concelho. A visita irá abordar a história do local, bem como a sua aproximação à obra do escritor José Saramago.

Inscreva-se nestas iniciativas através do endereço de correio eletrónico se_conventinho@cm-loures.pt ou do telefone 211 150 175.

O Centro de Interpretação das Linhas de Torres (CILT), em Bucelas, vai também abrir portas, no dia 23 de abril, pelas 15 horas, para acolher o Dia Aberto dos Itinerários Napoleónicos, com a atividade para famílias “Jogo Napoleão Bonaparte. O princípio do fim”.

Para participar, inscreva-se através do endereço de correio eletrónico linhasdetorres.bucelas@cm-loures.pt.

Fonte: CM Loures



Sessões públicas de apresentação da proposta de alteração do Plano Diretor Municipal de Loures

- 19 de abril | 21 horas | Sala da Assembleia de Freguesia – Bobadela

Para mais informações consulte em <https://app1.cm-loures.pt/alteracaopdm/>

Fonte: CM Loures



Música em Si Menor - Temporada 2022/23

O Museu de Cerâmica de Sacavém recebe, no dia 16 de abril, às 11 horas, o concerto “O grande voo do pardal”, com música de Sérgio Azevedo e texto de Lídia Jorge, integrado na temporada 2022-23 de Música em Si Menor.

Recomendada pelo Plano Nacional de Leitura, para apoio a projetos relacionados com a cidadania, faz alusão a alguns temas que se encontram nos grandes clássicos: a amizade, a compaixão e a liberdade.

Esta é a história de Henrique Gaspar que possuía a casa mais linda das redondezas. Ninguém sabia onde ele ia buscar árvores com flores cheirosas, relva lisa como carpete, uma piscina que parecia um espelho. [...] Ora certo dia de primavera, estava a podar uns arbustos quando reparou num pequeno molho de penas que se movia. Era um molhinho cinzento pousado no chão que parecia respirar, ali mesmo junto a uma aba de roseira. [...].

“O grande voo do pardal” conta com ilustrações de Helena Firme, narração e comentários de Susana Henriques, e Diana Botelho Vieira ao piano.

Fonte: CM Loures

Despejo coercivo dos inquilinos dos palácios de Belém e São Bento

A Constituição da República portuguesa, aprovada em 10 de abril de 1976, consagrou o semipresidencialismo como sistema de governo, o que se tem mantido inalterado nas sete revisões entretanto ocorridas da lei suprema do nosso país.

O conceito de semipresidencialismo foi teorizado por Maurice Duverger, cientista político e sociólogo francês, para classificar os regimes políticos em que os Chefes de Estado partilham o poder com os Governos.

Em Portugal, desde 1976, na III República, podemos dizer, de forma genérica, que o poder político, é exercido, ao mais alto nível, pelos quatro órgãos de soberania instituídos, a saber: o Presidente da República, o Governo, a Assembleia da República e os Tribunais.

Como o Presidente da República é eleito, diretamente pelo povo, por sufrágio direto e universal, é-lhe conferida uma legitimidade política e democrática acrescida, o que se traduz em significativas e importantes competências constitucionais que lhe são atribuídas que, na prática, significam uma partilha de poder com o Governo.

Nos termos constitucionais em vigor, o Presidente da República e o Primeiro-Ministro estão condenados a cooperarem em benefício do país, mas o Chefe de Estado tem de ter sempre presente que é o garante supremo do regular funcionamento das instituições democráticas.

O Presidente da República tem, entre outros, os poderes constitucionais de: a) demitir o Governo, ouvido o Conselho de Estado, no caso de estar em causa o regular funcionamento das instituições democráticas; b) dissolver a Assembleia da República, ouvidos os partidos nela representados e o Conselho de Estado.

Aliás, Marcelo Rebelo de Sousa, na cerimónia, do ano passado, da celebração do 5 de outubro de 1910, no habitual discurso proferido no Largo do Município, em Lisboa, recordou que tem o poder de dissolver a Assembleia da República, embora logo nesse dia se tenha multiplicado em explicações variadas para justificar benignamente as suas palavras, mas o aviso ficou feito.

Contudo, o aviso de dissolução da Assembleia da República feito por Marcelo Rebelo de Sousa, foi completamente inconsequente e não impressionou António Costa que continuou,

sem combater eficazmente a inflação galopante existente e a arrecadar, a seu bel-prazer e em prejuízo dos portugueses, os impostos “caídos do céu” daí resultantes, o que originou um défice das contas públicas de 0,4% do Produto Interno Bruto (PIB), resultado bastante inferior ao inicialmente previsto.

António Costa, suportado pela sua maioria absoluta, desvalorizou, de forma ostensiva ou até incompetente, a inflação que sustentadamente causou forte erosão no poder de compra dos portugueses, e só no final de março passado, é que apresentou novas medidas para mitigar os efeitos dessa situação.

As medidas de mitigação do aumento do custo de vida, só foram autorizadas por António Costa, depois de serem conhecidos os resultados de algumas sondagens que indicavam que o Partido Socialista estava a perder, ou perdeu mesmo, a maioria absoluta, ou seja, tudo foi feito numa perspetiva de controlo de danos para o Governo que percebeu que levou longe de mais a estratégia de arrecadar cada vez mais impostos à custa do poder de compra dos portugueses.

Marcelo Rebelo de Sousa, em janeiro deste ano, considerava que seria insensato pensar na dissolução do Parlamento, ou seja, apesar do aviso feito em outubro do ano passado, continuava a apoiar e a suportar António Costa, só dando sinais de algum desconforto com a atual situação já em março passado, tendo afirmado publicamente que o atual Governo nasceu de uma maioria requeitada e cansada.

Não se percebe a atuação de Marcelo Rebelo de Sousa que, num autêntico jogo do toca e foge, ora apoia o Governo, ora fustiga o Governo, comportando-se como um autêntico cata-vento da política portuguesa, sem que os portugueses percebam verdadeiramente qual o pensamento do Presidente da República sobre a atual governação do Partido Socialista.

O Presidente da República como garante constitucional do regular funcionamento das instituições democráticas, tem a obrigação, perante os portugueses que o elegeram, de ser claro e consequente no que diz respeito à governação do país, não podendo ter uma atuação errática e inconstante que só é aproveitada, e mal, pelo Primeiro-Ministro, mas que confunde todos os outros atores políticos da direita à esquerda que ficam sem perceber qual a visão do Chefe do Estado para o atual

rumo de Portugal.

O busílis da questão é mesmo o rumo de Portugal, já se sabendo que António Costa e o Partido Socialista estão a ser completamente incapazes de estancar e inverter a grave crise económica e social que afeta atualmente a generalidade dos portugueses, ao que acresce a indecisão de Marcelo Rebelo de Sousa, certamente atropelado pela sua estratosférica inteligência, bem como pela sua atuação errática, inconstante e frenética que o impedem de ter uma visão estratégica e ponderada para o país, seja no sentido de apoiar e ajudar o Governo a sair do atual pântano em que se encontra, seja no sentido de o demitir e provocar eleições antecipadas.

Com um Governo surpreendentemente fraco e incapaz, repleto de casos e casinhos, havendo agora mais um ligado à TAP, envolvendo os Ministros das Finanças e das Infraestruturas e a Ministra dos Assuntos Parlamentares, o que os portugueses necessitam urgentemente é de uma atuação clara e firme do Presidente da República face à atual conjuntura política, económica e social que se vive em Portugal.

Numa época em que se fala de políticas ligadas à habitação, é apropriado dizer que está na altura de os portugueses despejarem coercivamente os inquilinos dos palácios de São Bento e de Belém.

**- Fernando Pedroso
Deputado Municipal do CHEGA na AMO**



Comemoração do Dia do Combatente, promovida pelo Núcleo de Loures da Liga dos Combatentes

Evocar o papel que concidadãos de Loures desempenharam em circunstâncias muito difíceis como uma guerra é também uma forma de os homenagear. Por isso, participei na cerimónia de comemoração do Dia do Combatente,

promovida pelo Núcleo de Loures da Liga dos Combatentes, junto do Monumento aos Mortos da Grande Guerra, em Loures, depositando uma coroa de flores no monumento, lembrando os antigos combatentes e o esforço prestado no

cumprimento do serviço militar.

Ricardo Leão, Presidente da CM Loures



A CULTURA

MÚSICA EM SI MAIOR
TEMPORADA 2022-23

7 ABRIL > 18:00

CAPELA DA CASA SÃO FRANCISCO DE ASSIS
SANTO ANTÃO DO TOJAL

REQUIEM DE MOZART
ORQUESTRA METROPOLITANA DE LISBOA
ALMA ENSEMBLE E CORO PARTICIPATIVO

DIREÇÃO MAESTRO PAUL DANIEL
M/6

Música em SI MAIOR

Dia 7 de abril, na Capela da Casa de São Francisco de Assis, em Santo Antão do Tojal.

O Requiem de Mozart é um monumento à condição humana. Por um lado, tem na origem os ingredientes essenciais de um romance best-seller, tais como a entrega incondicional do génio à sua arte, personagens misteriosas que omitem a identidade, conspiração e morte, assim reforçada pelo género musical que lhe está mais diretamente relacionado. Por outro lado, é música sublime que nos emociona sempre que a ouvimos e que, em toda a sua beleza, atravessa com passos firmes os limiares do nosso entendimento. Resta a ideia de que, porventura, nos “fala” de vida e não de morte.

Assim, não perca o concerto de Páscoa, no dia 7 de abril, a partir das 18 horas, pela Orquestra Metropolitana de Lisboa, com Alma Ensemble e Coro Participativo, com Rita Marques como soprano, Cátia Moreso como meio-soprano, Leonel Pinheiro como tenor e Laurence Meikle como baixo. Filipa Palhares será a maestrina do coro e Paul Daniel o maestro.

Apresentarão Wolfgang Amadeus Mozart (1756-1791) – Requiem em Ré Menor, KV 626 (1791). Entrada livre.

Saiba mais [aqui https://bit.ly/3FXHXVY](https://bit.ly/3FXHXVY)

A Câmara Municipal de Loures convida a participar na sessão de inauguração da exposição “O Lugar do Desenho”, no dia 25 de março, na Sala Multiusos da Galeria Municipal Vieira da Silva, no Parque Adão Barata, em Loures.

“O Lugar do Desenho” integra um conjunto de trabalhos produzidos nas unidades curriculares de desenho pelos estudantes do 2.º e do 3.º ano da licenciatura em Artes Visuais e Tecnologias, da Escola Superior de Educação de Lisboa.

O primeiro núcleo apresenta um conjunto de livros de artista que partiram de uma reflexão em torno dos binómios Silêncio/Ruído, Verdade/Mentira, Contestação/Resignação, entre outros. Desenvolvido numa lógica experimental, o desenho enquanto disciplina encontra, neste meio, diversas possibilidades expressivas, que resultam não só da combinação de uma multiplicidade de técnicas e materiais, mas sobretudo do poder evocativo do próprio desenho.

Concebido em estreito diálogo com a literatura e o cinema, o segundo núcleo de desenhos é fruto de um processo de investigação sobre grandes temas, que são transversais a estas expressões artísticas. A reflexão sobre a natureza humana – sonhadora, crítica, introspetiva, irónica – é o denominador comum destas séries de desenhos.

A inauguração está marcada para as 18 horas do dia 25 de março, mas a exposição poderá ser vista até dia 6 de maio, de terça-feira a domingo, das 10 às 13 horas e das 14 às 18 horas.

EXPOSIÇÃO
O Lugar do Desenho
ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DE LISBOA

25 MARÇO - 6 MAIO 2023

GALERIA MUNICIPAL VIEIRA DA SILVA
SALA MULTIUSOS
Parque Adão Barata | Loures

HORÁRIO
Terça-feira a domingo
10:00 - 13:00 | 14:00 - 18:00
Encerra segundas-feiras e feriados
@galeriadeloures

A CULTURA

CÂMARA MUNICIPAL

Férias em cultura Páscoa 2023

Bibliotecas | Galerias | Museus Municipais de Loures

Ateliês gratuitos
Ateliê de artes plásticas, visitas e muito mais!

3 » 12 abril

Férias em Cultura

A Câmara Municipal de Loures promove, durante as férias da Páscoa, atividades para as crianças nos vários equipamentos municipais – bibliotecas, museus e galerias.

Estas atividades visam promover e divulgar a oferta de atividades diversificadas e descentralizadas de carácter lúdico e pedagógico e fortalecer a projeção dos equipamentos existentes no concelho de Loures.

A participação é gratuita, sujeita a inscrição prévia e limitada ao número de vagas.

Programa e inscrições <https://shre.ink/k8Mh>

Fonte: CM Loures

No dia 25 de março, pelas 18 horas, irá inau-

gurar a exposição “À Superfície, 2023”, na Sala Multiusos da Galeria Municipal Vieira da Silva, em Loures.

Uma exposição de escultura, inspirada na aldeia mineira do Lousal, da autoria dos alunos do último ano da licenciatura do Curso de Escultura da Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa.

No mesmo local estará também patente “O Lugar do Desenho”, uma exposição de livros de artista e desenho da Escola Superior de Educação, do Instituto Politécnico de Lisboa.

As exposições estarão patentes ao público até dia 6 de maio de 2023.

Fonte: CM Loures

EXPOSIÇÃO
À Superfície, 2023
FACULDADE DE BELAS-ARTES DA UNIVERSIDADE DE LISBOA

25 MARÇO » 6 MAIO 2023

GALERIA MUNICIPAL VIEIRA DA SILVA
SALA MULTIUSOS
Parque Adão Barata | Loures

HORÁRIO
Terça-feira a domingo
10:00 - 13:00 | 14:00 - 18:00
Encerra segundas-feiras e feriados
@galeriadeloures

ENCERRADOS DE 6 a 9 de Abril - Reabrem dia 11

Dia Mundial da Atividade Física

Para assinalar o Dia Mundial da Atividade Física, a Câmara Municipal de Loures juntou, no dia 4 de abril, no jardim contíguo à Igreja Matriz de Loures, cerca de 125 alunos da Associação Luiz Pereira Motta que, durante toda a manhã, tiveram a oportunidade de participar em diversas atividades.

Dança, karaté, gincanas, circuito motor, jogos tradicionais, futebol, estafetas, tração à corda e jogo do lixo, foram algumas das experiências com as quais os mais pequenos se puderam divertir.

Recorde-se que o Dia Mundial da Atividade Física é assinalado a 6 de abril, com o objetivo de

promover a prática da atividade física, destacando os benefícios da realização regular de exercício físico. É uma iniciativa da Organização Mundial da Saúde (OMS) e nasceu como forma de luta contra o sedentarismo, um dos principais fatores de risco de morte em todo o mundo.

Fonte: CM Loures



Humanidade: A Utopia da Páscoa

Vai decorrer, no dia 12 de abril, no Pavilhão Com fé ou sem fé, judaico-cristã ou de qualquer outra índole, a Páscoa pode representar algo de comum a todos os humanos, a vontade de triunfo do Bem sobre o Mal, o sacrifício máximo pelo outro, a Esperança num mundo onde a Felicidade possa ser mais do que uma palavra. Poderemos afirmar que estamos perante a Grande Utopia. Permitam-me afirmar que é absurdo esse modo Conservador que se traduz no receio sobre o que ainda é utópico, nomeadamente a Felicidade servida pelo Bem. A verdade é que no início do século XIX o uso comum da electricidade nem utopia era, outrossim pertencia ao espaço da ficção científica de então, contudo hoje ela está em tudo nas nossas vidas!

Aqui chegados, celebremos pois a merecida Saída dos tempos maus, imolando somente os nossos egos perante a necessidade e o sofrimento. Facto é que diversos escritos sacralizados identificam como fazê-lo. Não pretendendo a conversão de ninguém, contudo trago à reflexão a segunda parte do decálogo devido à forma sintética como esta utopia pode ser resolvida:

- Honra teu pai e tua mãe, a fim de que tenhas vida longa na terra que o Senhor, o teu Deus, te dá.
- Não matarás.
- Não adulterarás.
- Não furtarás.
- Não darás falso testemunho contra o teu próximo.
- Não cobiçarás a casa do teu próximo. Não cobiçarás a mulher do teu próximo, nem seus servos ou servas, nem seu boi ou jumento, nem coisa alguma que lhe pertença

Simple este enorme Codex. A via civilista há muito que estabeleceu o necessário para este desiderato. Bebendo da mesma fonte temos a [Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão](#), a [Declaração Universal dos Direitos Humanos](#) e a [Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia](#),

Nestes tempos controversos de informação versus contra-informação, de segurança versus insegurança, de certezas versus incertezas, de julgamentos sumários versus urbanidade justa, de insultos versus conhecimento, de soberba versus empatia, de arrogância versus simpatia,

centro o meu olhar em algo que escrevemos e aceitamos como fazendo parte do nosso Grande Contrato Social que é a [Declaração Universal dos Direitos Humanos](#). Neste tempo que é de reflexão, pretendo a introspecção individual sobre o caminho e como o percorremos. Importa saber se nos Chega a gritaria e os seus mínimos ou se o caminho será o equilíbrio entre todos os interesses encontrados de forma civilizada e racional. Resta voltar a desejar uma matriz societária firme na seguinte tábua de valores:

- Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade.
- Todos os seres humanos podem invocar os direitos e as liberdades sem distinção, nomeadamente de raça, de cor, de sexo, de língua, de religião, de opinião política ou outra, de origem nacional ou social, de fortuna, de nascimento ou de qualquer outra situação. Além disso, não será feita nenhuma distinção fundada no estatuto político, jurídico ou internacional do país ou do território da naturalidade da pessoa, seja esse país ou território independente, sob tutela, autónomo ou sujeito a alguma limitação de soberania.
- Todo o indivíduo tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal.
- Ninguém será mantido em escravatura ou em servidão.
- Ninguém será submetido a tortura nem a penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes.
- Todos são iguais perante a lei e, sem distinção, têm direito a igual protecção da lei.
- Ninguém pode ser arbitrariamente preso, detido ou exilado.
- Toda a pessoa tem o direito de livremente circular e escolher a sua residência no interior de um Estado.
- Toda a pessoa sujeita a perseguição tem o direito de procurar e de beneficiar de asilo em outros países.
- Toda a pessoa, individual ou colectiva, tem direito à propriedade.
- Ninguém pode ser arbitrariamente privado da sua propriedade.
- Toda a pessoa tem direito à liberdade de pensamento, de consciência e de religião.
- Todo o indivíduo tem direito à liberdade de opinião e de expressão, o que implica o direi-

to de não ser inquietado pelas suas opiniões e o de procurar, receber e difundir, sem consideração de fronteiras, informações e ideias por qualquer meio de expressão.

- Toda a pessoa tem direito à liberdade de reunião e de associação pacíficas.
- Toda a pessoa tem o direito de tomar parte na direcção dos negócios públicos do seu país, quer directamente, quer por intermédio de representantes livremente escolhidos.
- Toda a pessoa tem direito de acesso, em condições de igualdade, às funções públicas do seu país.
- A vontade do povo é o fundamento da autoridade dos poderes públicos e deve exprimir-se através de eleições honestas a realizar periodicamente por sufrágio universal e igual, com voto secreto ou segundo processo equivalente que salvaguarde a liberdade de voto.
- Toda a pessoa, como membro da sociedade, tem direito à segurança social; e pode legitimamente exigir a satisfação dos direitos económicos, sociais e culturais indispensáveis, graças ao esforço nacional e à cooperação internacional, de harmonia com a organização e os recursos de cada país.
- Toda a pessoa tem direito ao trabalho e à protecção contra o desemprego.
- Todos têm direito a salário igual por trabalho igual.
- Toda a pessoa tem o direito de fundar com outras pessoas sindicatos e de se filiar em sindicatos para defesa dos seus interesses.

Não receemos a utopia de sermos humanos e de vivermos em liberdade e igualdade de fraterna forma!

Paulo Bernardo e Sousa - **Político**



A CENSURA CULTURAL

Se dúvidas houvesse sobre o obscurantismo do “politicamente correcto”, ei-las agora desfeitas em todo o seu esplendor, tendo por vítima, as obras de Enid Blyten, a criadora dos imortais “Os Cinco” e os “Os Sete”, cujas aventuras encheram as fantasias de muitos jovens, incluso o autor destas linhas, na sua juventude.

Tudo porque as editoras dessas obras decidiram reeditar as mesmas adaptando-as às “novas” realidades, compagináveis com a ideologia de género, e diversos tipos de “ismos” removendo expressões e palavras tidas por inadequadas aos novos tempos, a fim de não ferir patéticas sensibilidade.

Sem que o vulgo desse conta tudo começa com o disparate de grafar palavras com um símbolo identificador de ambos os sexos (géneros como agora se diz) refiro-me ao @, assim por exemplo se alguém escrever algo como “camarad@s” parte-se do princípio que o vocábulo substitui ambos os géneros. Um disparate pegado.

Depois tivemos a mulher do nosso segundo Nóbel, no caso da literatura, Saramago, que se arrogou a legitimidade de proclamar que quando uma presidência é exercida por uma mulher, ela deve ser referida como “Presidenta”. Uma espanhola, pontapeando a língua portuguesa.

Logo a seguir vem a ideologia de género defender que sexo masculino e feminino são construções sociais, cujo abandono deveria dar lugar a género masculino e feminino, e, pasme-se, começaram a pôr em causa livros escolares, por não respeitarem a paridade entre imagens ou fotos de género masculino com o feminino, presentes nas obras em causa.

Isto vai ao ponto de até as estátuas de Miguel Ângelo serem consideradas demasiado nuas, para a hipersensibilidade actual.

Já para não falar da bizarra situação de uma peça de teatro ter sido interrompida por alguém que se diz trans, qualquer coisa, insurgindo-se contra um dos actores cujo papel trans, sem que o fosse, afecta-se a sensibilidade da dita. E não faltam exemplos de actores caucásios a fazer vozes em filmes animados de pessoas negras, e coisas do género, sendo, por isso objecto de censura.

Perante estas pérolas, do esforço de unicida-

de global, o que nos trás á memória tudo isto?

O Concílio de Niceia, o primeiro concílio ecuménico, realizado no ano 325 D.C., realizado entre 20 de maio e 25 de Julho, na Turquia, precisamente na cidade de Niceia da Bitínia, hoje conhecida pro Iznik, na província de Anatólia, próximo de Constantinopla, convocado pelo Imperador Constantino, que se teria convertido á religião cristã, segundo se crê, acedendo a uma sugestão do então Bispo de Córdova, Ósio, contando com o beneplácito do Papa São Silvestre.

Ora este concílio não foi inocente e pretendeu harmonizar (dito de outra maneira, impor uma única visão, unificar), sobre o cristianismo, uma vez que existiam e proliferavam várias “versões” de cristianismo, das quais o Arianismo era o que mais assustava.

Aos cerca de 300 e poucos Bispos, presbíteros e diáconos, participantes oriundos de todo o mundo (Ásia-Menor, Palestina, Egipto, Síria, etc), foi pedido que portassem consigo os manuscritos que estivessem na sua posse, com os ensinamentos dos vários apóstolos, pois que também os havia em quantidade, e cada qual com a sua versão dos factos e da vida de Jesus, em certos casos com versões antagónicas.

O resultado deste Concílio foi estrondoso, por um lado institui uma igreja única, Cathólicus (do grego significando universal), e portanto se universal, não deveria haver espaço, na fé cristã, para mais nenhum ramo da cristandade, obliterando o Arianismo (objectivo primacial), e posteriormente e sucessivamente, o Catarismo, (este ramo cristão foi objecto de genocídio através de uma cruzada convocada especificamente com esse objectivo, tendo sido chacinados cerca de 200 mil cristãos cátaros no languedoc francês, e até o nosso D. Afonso Henriques, aquando da conquista de Lisboa, cortou a cabeça do Bispo Cátaro, que havia na cidade então, para agradecer ao Santo Padre) o nestorianismo, os Priscilianos (estes de origem Ibéricas), os Coptas (ramo que se terá mantido puro, na Etiópia, figurando no lugar cimeiro da lista de prioridades do nosso Infante D. Henrique, na sua demanda dos descobrimentos), e por aí fora. Então, tal como hoje, a imposição de uma única voz, uma única verdade, uma única visão, sem aceitar oposição, intrinsecamente fundamentalista.

Mas a “crème de la crème”, em Niceia, foi a selecção então feita dos manuscritos a intro-

duzir num único livro, a Bíblia sagrada, apenas sendo considerados os manuscritos de 4 apóstolos, todos os demais, por não se “encaixarem”, as respectivas versões, no dogma escolhido, em construção naquele Concílio, foram lançados á fogueira, consolidando-se, assim, a visão unipolar da religião. Tudo em grego, a língua franca da época, para além do aramaico, língua dos profetas cristãos.

A versão Latina vem mais tarde, dada a necessidade de melhor se evangelizar o vulgo (o povo) e é com o Papa D. Dâmaso, em 383, o tal Papa que terá nascido nos arrabaldes da nossa cidade de Guimarães, que incumbiu São Jerónimo de traduzir a Bíblia do grego para latim, ficando conhecida como a “Vulgata” (do latim Vulgar, a língua que o povo falava), e que lhe terá levado cerca de 40 anos a traduzir.

Tudo a bem, daquilo que hoje se classificaria como “politicamente correcto”, versão única, dogmática, significando que não é passível de questionamento, sob pena do apodo de negacionismo. Isso, hoje, é-nos tão terrivelmente familiar.

Mas não ficamos por aqui, o controlo das massas é importante, e se hoje é feito por recurso a vários estratagemas, na época era mais simples, bastava colocar as publicações consideradas heréticas, numa lista de livros a banir, ficando famoso o Index, Index Librorum Prohibitorum, o índice dos livros proibidos, pela Igreja Católica Apostólica Romana, editado pela primeira vez em 1571, cuja violação, leitura e até a mera posse, cominava a excomunhão, tendo subsistido até 1962-1965, por alturas do concílio vaticano II, passando então a ser apenas desaconselhada a leitura dos livros ali registados.

Com o advento da máquina de imprensa, a igreja católica passou a obrigar a uma licença especial para a posse de uma destas máquinas e imprensa de livros, de modo a poder controlar mais facilmente a disseminação de obras, algo considerado indesejável, agora bastante facilitada, com a máquina de Nuremberga (consta-se, de resto, que D. Manuel I, contrariando as regras da igreja católica, enviou uma máquina dessas ao Negus da Etiópia, sem pedir essa licença, tendo sido a primeira máquina de impressão no continente africano).

Mas na actualidade ainda está bem presente a destruição de património histórico de valor incalculável levada a cabo pelo Daesh, em Palmira,

na Síria, á semelhança de idênticas práticas no Iraque, numa vã tentativa de impor a “sua” verdade.

Quem não se lembra, recentemente, da onda de “apagão” histórico que a barbárie, ignota, e imberbe, promoveu de destruição de estátua de aquilo que consideravam símbolos dos “opressores”, “negreiros” e outros, assim apodados, onde se incluem figuras maiores desde Cristóvão Colon, ao Padre António Vieira, e claro, pelo meio figuras menores como ditadores e outros estadistas, cuja “marca” marcou indelevelmente os respectivos povos.

Este afã de cercear a actividade criadora do género humano, esta vontade de extermínio da liberdade de criar, a intolerância do outro, desde que diferente de “mim”, o revisionismo histórico, cultural, social, religioso, que perpassa a nossa sociedade, numa tentativa grotesca de apagar a memória colectiva, e até a individual, substituindo-a, por outra, aproxima-nos, cada

vez mais, da estupidificação animal.

Ontem o índex, hoje as editoras alinhadas com o “politicamente aceite”, proibindo leituras e punindo a simples posse, canibalizando obras originais, respectivamente, é bem demonstrativo do “império” da visão única, do mundo unipolar, que rejeita tudo quanto se lhe não conforme em toda a linha.

A mais recente é-nos trazida por um autor português, Afonso Reis Cabral, vencedor dos prémios “Leya” e “José Saramago”, Presidente da fundação Eça de Queiroz, de quem é trineto, com a recusa de uma editora norte americana de publicar duas obras suas, “O meu irmão” e “Pão de Açúcar”, esta, com base na condição de “ciségeno” (alguém que se identifica com o seu género) do autor, versando parte dela na história de uma “transgénero”, e que, segundo a editora, poderia vir a ferir susceptibilidades do seu público.

Embora “roído” de inveja por não me poder comparar a este brilhante autor português, passei por uma situação um pouco semelhante, também com o continente americano, mas mais para sul, concretamente o Brasil. A história conta-se rapidamente: Na minha primeira deslocação ao Brasil, a convite de um amigo, na época, destacado deputado estadual do Rio Grande do Sul, propus a publicação de uma obra, elaborada a duas mãos, com um colega, no âmbito de uma pós-graduação em Marketing político, tendo em vista o vasto mercado que existente no Brasil, para este tipo de temática. Proposta aceite, e regressado a Portugal, enviei, como combinado, a dita obra ao gabinete do deputado, a fim deste o fazer chegar a uma editora, previamente contactada.

Quando uns dias depois a chefe de gabinete me telefona para dar conta dos detalhes e custos de edição da obra, qual não foi o meu espanto, perante o item “tradução”, tendo-me garantido a Ivette (a chefe de gabinete do deputado) “Antônio, nós não entende o que tu escreve não, parece brincadeira mas vai ter de traduzir mêmoo...”, e por aqui se ficou a “aventura” editorial brasileira.

Parafaseando uma articulista do “Público”, Maria João Marques, no seu texto do dia 5 de Abril de 2023, página 9 “A pior consequência destas decisões editoriais e comerciais nem é o atentado que fazem á produção artística e literária. É a vontade de exterminar o debate. De não admitir conversa”
Subscrevo, claro.

Oliveira Dias, Politólogo



ZERO é contra a alargamento da pedreira da cimenteira SECIL no Parque Natural da Arrábida

Terminou a dia 29 de março a consulta pública relativa ao pedido de licenciamento Único Ambiental para o novo Plano de Exploração das pedreiras da cimenteira SECIL, em Vale de Mós, na Arrábida.

A SECIL – Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A. apresentou um pedido de alteração ao seu Plano de exploração das pedreiras que explora em vale de Mós junto à fábrica de Setúbal numa área que integra o Parque Natural da Arrábida e que faz parte da rede natura 2000 como Zona Especial de Conservação (“ZEC” Arrábida Espichel).

A oeste, situa-se o estuário do Sado e a península de Troia, áreas parcialmente incluídas na Reserva Natural do Estuário do Sado e na rede natura 2000, e a baía de Setúbal pertence ao Clube das Mais Belas Baías do Mundo, o que se justifica também pela presença da serra da Arrábida na sua orla.

Com todo este enquadramento de valores naturais e paisagísticos, que também têm reflexo positivo na atividade económica ao nível do sector turístico, a presença de uma cimenteira e de uma pedreira com esta dimensão constitui desde há muito uma ferida na paisagem da região.

Foi com estupefação que a ZERO se deparou com este novo processo com vista à fusão das pedreiras Vale de Mós A e Vale de Mós B e especialmente com o objetivo de ampliação da área de exploração em mais 18,50 hectares.

Não compreendemos como é o que o processo chega a esta fase de Pedido de Licenciamento Único de Ambiente tendo em conta que em matéria de concordância com os Instrumentos de Gestão do Território em vigor (IGT), nomeadamente com o Plano de Ordenamento do Parque Natural da Arrábida (POPNA), com as determinações previstas no Plano de Gestão da ZEC e com o novo Plano Diretor Municipal de Setúbal (PDM) esta ampliação não é de todo possível sem uma alteração da legislação em vigor.

Objetivo de ampliação da pedreira não respeita os Instrumentos de ordenamento em vigor nomeadamente:

Quando ao primeiro objetivo relativo à fusão das pedreiras, tal não nos merece nenhuma objeção especial do ponto de vista ambiental pois na prática as mesmas são contíguas, incluindo as áreas licenciadas e exploradas atualmente.

Quando à ampliação da pedreira em mais 18,5 hectares, manifestamos a nossa oposição a esta pretensão. Uma das razões invocadas para a necessidade de ampliação tem a ver com o facto do balanço de massas minerais entre margas e calcários ser deficitário nesta última, o que acarreta a necessidade de transporte de matéria prima de outras pedreiras junto a Sesimbra dentro do Parque Natural da Arrábida. Ou seja, a SECIL explora, neste momento, diretamente as pedreiras de Vale de Mós A e B, e a mesma utiliza ainda matéria prima extraída noutra pedreira desta área protegida. No que respeita aos instrumentos de ordenamento em limitam esta pretensão, destacamos:

O Plano de Ordenamento do Parque Natural da Arrábida no art.º 2º, n.º 3 al. g) do regulamento estabelece como um dos objetivos específicos “promover as ações que potenciem o encerramento das pedreiras existentes, garantindo a sua recuperação ambiental e paisagística”. Por outro lado, no art.º 8º, al. c) é considerado como atividade interdita a “instalação de novas explorações de recursos geológicos, nomeadamente pedreiras, e a ampliação das existentes por aumento de área licenciada”.

Esta área das pedreiras está em área de proteção parcial Tipo I do POPNA e as disposições específicas para estas áreas não permitem a realização da atividade extrativa.

Também no âmbito das determinações previstas para o Plano de Gestão da ZEC Arrábida Espichel esta ampliação não é consentânea com as medidas previstas.

Também não é compatível com as propostas de uso do solo do Plano Diretor Municipal (PDM) de Setúbal em vigor (nem com a sua revisão que esteve recentemente em consulta pública).

No que se reporta à Reserva Ecológica nacional (REN), a proposta para estas áreas apresenta 3 tipologias que condicionam ou inibem por completo esta atividade, nomeadamente áreas de máxima infiltração, áreas com elevado risco de erosão hídrica e escarpas com instabilidade de vertente.

Principais propostas de compensação não podem ser consideradas adequadas como tal A proposta da SECIL, SA apresenta uma série de medidas de compensação, algumas delas não consideramos serem passíveis de ser assim consideradas. Com efeito, não se pode considerar como compensação a desanexação da exploração da área recuperada de 38,50 hectares, pois esta atividade decorreu da própria legislação em vigor e do cumprimento do Plano

Ambiental e de Recuperação Paisagístico e, desse modo, era já por si obrigatória. Também é preciso referir que uma outra parte da área recuperada, que calculamos em cerca de 13 hectares, teria de ser novamente explorada se esta proposta fosse aprovada.

Também a florestação proposta para 18,50 hectares de uma área que seja indicada pelo Instituto de Conservação da natureza e das Florestas (ICNF), como medida de compensação, não é uma medida que possa compensar a perda de habitats naturais e seminaturais na nova área de expansão e o efeito negativo que a exploração teria na paisagem da encosta sul da pedreira.

O facto de o novo Plano de exploração querer passar a cota base de exploração de 40 para os 80 metros seria positivo se tal não estivesse intimamente ligado ao novo plano de exploração que implica a ampliação da pedreira a sul e manutenção do volume de massa mineral a explorar.

A presença da cimenteira e das pedreiras tem de ter um tempo de vida bem definido no tempo Tendo em conta as sondagens geológicas efetuadas ao longo do tempo e o conhecimento que existe de que esta situação de escassez de calcário viria a ocorrer, devia a empresa preparar-se atempadamente para ajustar a sua produção futura a este condicionalismo ao invés de tentar subverter as regras instituídas nos IGT em vigor.

A presença duma cimenteira e das pedreiras anexas, dentro do Parque Natural da Arrábida tem de ter um horizonte de permanência claro, findo o qual a área deve ser recuperada, promovendo também o desmantelamento das estruturas industriais edificadas aí existentes.

Autorizar, neste momento, o alargamento da pedreira não nos parece de todo possível do ponto de vista legal, e se o mesmo for intentado por via de alterações à legislação, para além de um grave precedente, deixaria em aberto futuros pedidos de novas ampliações num processo sem fim à vista.

Fonte: ZERO – Associação Sistema Terrestre Sustentável

Jornada Mundial da Juventude 2023

A Jornada Mundial da Juventude (JM) acontecerá em Portugal entre os dias 1 e 6 de agosto de 2023. Será um evento à escala mundial e o maior realizado em Portugal, desde o Euro 98, e são esperados cerca de 2 milhões de jovens.

O evento terá lugar nos concelhos de Lisboa, Loures e Oeiras.

Tendo em conta a dimensão do evento e toda a operação logística necessária, repartida entre a Igreja, o Governo e as autarquias, o custo total do evento tem sido uma incógnita. Sem um orçamento, pelo menos orientativo, e com o aumento geral do preço das matérias primas, cada interveniente dá o seus valores: Loures 10 milhões, Lisboa 35 milhões, Estado 36,5 milhões, Igreja 80 milhões, Oeiras 1 milhão ... de milhão em milhão, numa conta simples, apontamos para mais de 160 milhões de euros, tudo isto sem orçamento e validado por um aditamento ao artigo 118.º do OE2023, que prevê que os contratos celebrados ficam dispensados de fiscalização prévia pelo Tribunal de Contas, devendo apenas ser eletronicamente remetidos àquele tribunal para efeitos de fiscalização concomitante, até 10 dias após a respetiva celebração e acompanhados do respetivo processo administrativo. Os encargos decorrentes da celebração dos contratos que se destinem à realização da JM 2023 não são também considerados para efeitos do limite da dívida.

Ora bem, através do Orçamento de Estado para 2023 foi dada carta branca a todos os gastos que à JM2023 dizem respeito.

Lembrar que a JM de Madrid, que aconteceu em 2011, após uma auditoria externa, ficou confirmado que 70% dos custos foram cobertos pelo valor pago pelos peregrinos e 30% por patrocínios, ou seja, o Estado não colocou dinheiro, e teve um custo total de cerca de 50 milhões de euros.

Estou muito cética em relação aos moldes em que este evento será realizado ... para além do orçamento absolutamente exagerado, até à data e a 4 meses do evento, muito há ainda por fazer, organizar e esclarecer.

Jornada Mundial da Juventude sim, mas a que custo?

Fica a pergunta ...

Patrícia Almeida

Deputada Municipal

Líder de bancada partido Chega na AM Lrs

gab_dep_chega@cm-loures.pt



www.radiobobadela2020.org

ERC
ENTIDADE REGULADORA
PARA A COMUNICAÇÃO SOCIAL

Oficialmente Orgão de
Comunicação Social
Nº De Registo
700174

Porque a Magia do Som Está Na Cor Da Musica
No Ar Desde 8 Abril De 2020

Férias em Cultura

Está a decorrer, até ao dia 12 de abril, o programa “Férias em Cultura”, promovido pela Câmara Municipal de Loures, no período de pausa escolar da Páscoa 2023, com visitas e ateliês gratuitos.

Esta iniciativa começou no dia 3, na Galeria Municipal Vieira da Silva, situada no Parque da Cidade, onde um grupo de quinze crianças, entre os seis e os doze anos, teve oportunidade de conhecer uma tradição secular na Ucrânia, através da decoração de pêsankas. Este artesanato, confeccionado na quaresma, consiste em desenhar símbolos em ovos de galinhas, codornizes, avestruzes e outras aves, significando uma espécie de talismã oferecido a familiares e amigos como sinal de boa sorte, saúde, prosperidade e vida longa

No dia seguinte, teve lugar no Museu Municipal de Loures, a atividade “Coelhinho da Páscoa que trazes para mim?...” na qual foram utilizados materiais em fim de vida para decoração, nomeadamente potes de fruta, tecidos, missangas e rolos de papel higiénico.

Fonte: CM Loures





CPITI
COMPANHIA PORTUGUESA DE
IMPRESSORAS
TECNOLOGIAS DE IMPRESSÃO

SOLUÇÕES DE IMPRESSÃO

www.cpiti.pt
21 472 7000 info@cpiti.pt



www.radiobobadela2020.org

ERC
ESTÁGIO REGULADO
PARA A COMUNICAÇÃO SOCIAL
OFICIALMENTE PELA ERC
Associação de Comunicação Social
Nº De Registo 700174



RB-2020
QR CODE

Porque a Magia do Som Está Na Cor Da Música



Distribuição nos meios digitais para uma audiência de 50.000 pessoas nos concelhos de Loures e Odivelas

E.Mail Comercial: NoticiasLx-Pub@Sapo.pt

NOTÍCIASLX® é uma Marca Registrada